

TERMO DE INDICAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO

Conforme o art. 121, inciso IV, alínea e da Resolução CFO-63/2005 (Consolidação das Normas para Procedimentos nos Conselhos de Odontologia), indicamos o(a) Sr(a) _____, inscrito(a) no CROAL sob o número _____, para ser responsável técnico pela Pessoa Jurídica de nome empresarial: _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, () Matriz () Filial, e localizada no endereço: _____, nº _____, complemento (se houver) _____, bairro: _____, CEP: _____, cidade de _____, Estado Alagoas. Email: _____.

Declaramos, ainda, que estamos cientes do que determina o art. 90 e seus parágrafos:

“Art. 90. É obrigatória a existência, em quaisquer das entidades prestadoras de serviços, de um cirurgião-dentista como responsável técnico. (*Em caso se laboratório de prótese dentária, poderá ser um Técnico em Prótese Dentária ou um Cirurgião Dentista – art. 95, alínea c”)

§ 1º. Necessariamente, o responsável técnico deverá ser um cirurgião-dentista com inscrição no Conselho Regional da jurisdição, quite com sua tesouraria onde se encontrar instalada a clínica sob sua responsabilidade.

§ 2º. O cirurgião-dentista somente poderá ser responsável técnico por uma única entidade prestadora de assistência odontológica, sendo vedada, inclusive, a acumulação de responsabilidade de filial.

§ 3º. Admite-se, como exceção ao parágrafo anterior, acumulação de responsabilidade técnica por 2 (duas) entidades prestadoras de serviços odontológicos, quando uma delas tiver finalidade filantrópica, não recebendo desta nenhuma remuneração.

§ 4º. No caso de afastamento do cirurgião-dentista responsável técnico, o mesmo deverá ser imediatamente substituído, e essa alteração enviada em nome da empresa, acompanhada de declaração do novo responsável técnico, dentro de 30 (trinta) dias, ao Conselho Regional, sob pena de cancelamento da inscrição da entidade.

§ 5º. Será considerado desobrigado o cirurgião-dentista que comunicar, por escrito, ao Conselho Regional que deixou de ser responsável técnico pela entidade, desde que comprove ter dado ciência de seu afastamento à entidade da qual pretende desvincular sua responsabilidade técnica.

§ 6º. O não cumprimento do estabelecido no parágrafo anterior implicará na continuidade da responsabilidade do cirurgião-dentista pelas infrações éticas cometidas pela entidade.

§ 7º. Admite-se, ainda, como exceção ao parágrafo 2º, acumulação de responsabilidade técnica, quando for entidade prestadora sujeita à administração direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal. ”

Sendo a expressão da verdade, firmamos o presente.

Maceió, _____ de _____ de 20____.

Assinatura de sócio da empresa

Nome completo e legível do Sócio: _____

CPF: _____

→ Todos os campos devem ser obrigatoriamente preenchidos, sob pena de não protocolização do pedido de inscrição.
→ Este termo deve vir acompanhado de carimbo da empresa em que conste o número do CNPJ e, de preferência, impresso em folha timbrada.